

COSTA, Luciana Miranda (2006). *Comunicação e Meio Ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará. Brasil.

Por PEDEO CELSO CAMPOS

Em que medida as campanhas de informação podem reduzir os efeitos nocivos que as queimadas e incêndios da floresta amazônica provocam, anualmente, sobre o meio ambiente, causando alterações climáticas no sul do Brasil, Argentina, Paraguai, Atlântico Sul e Pacífico equatorial?

Um relatório elaborado em conjunto por pesquisadores do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas e do Centro de Pesquisa Woods Hole, patrocinado pela NASA e divulgado em setembro de 2002, revela que os prejuízos econômicos que as queimadas acidentais na Amazônia acarretam ao Brasil, anualmente, são da ordem de 107 milhões a 5 bilhões de dólares, correspondentes a 0,2 a 9,3% do Produto Interno Bruto (PIB) da região.

O monitoramento por satélite revela que, de agosto de 2002 a agosto de 2003, o Mato Grosso —estado brasileiro onde se concentra a pecuária de corte e o plantio de soja, duas atividades que requerem permanentemente novas áreas de expansão, avançando sobre a floresta através do desmatamento— registrou 10.416 focos de calor.¹ De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE, 15% da Amazônia brasileira já foram desmatados, totalizando 615 mil quilômetros quadrados.

Os 7 milhões de quilômetros quadrados da floresta estão distribuídos entre Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname e Guiana, mas a maior parte está no Brasil: 4.787 Km². O país tem estado permanentemente alerta às tentativas de internacionalização da Amazônia e chegou a rejeitar uma proposta da ONU, em 1998, de enviar “capacetes verdes” para protegerem a floresta. De qualquer modo, a presença estrangeira na forma de grandes projetos e aquisição de áreas com apoio internacional, bem como a biopirataria, que leva para o exterior essências da floresta depois transformadas em produtos que o Brasil importará, acabam sendo formas de internacionalização na prática que o governo não consegue evitar, totalmente, por falta de recursos.

Todas essas questões estão presentes no livro da professora da Universidade Federal do Pará, Luciana Miranda Costa, como resultado de sua tese doutoral defendida no primeiro semestre de 2004 na UFPA. Ao analisar a problemática ambiental da Amazônia, a professora faz um recorte epistemológico sobre o discurso das campanhas de esclarecimento produzidas por órgãos públicos e por Organizações Não-Governamentais destinadas a “ensinar” os agricultores² a utilizarem o fogo na limpeza das áreas de plantio sem causar incêndios que avançam sobre a floresta causando enormes prejuízos.

Ela observa que até a década de 1970, a imprensa praticamente não divulgava notícias sobre queimadas e incêndios na floresta porque as atividades eram apenas extrativistas. Entretanto, a ditadura militar de 1964 desenvolveu planos de “integrar para não entregar” a Amazônia e achou que poderia resolver isto rasgando uma estrada no meio da floresta, a Rodovia Transamazônica que jamais foi concluída e causou uma destruição sem igual no ecossistema

amazônico. Depois, a partir dos trechos concluídos da estrada, os militares passaram a distribuir glebas para assentamento das famílias de agricultores que acorreram de todo o país. Paralelamente, o governo passou a financiar mega projetos empresariais que acirraram o interesse internacional sobre a área.

É inegável que são os grandes empreendimentos agropecuários e de soja que desmatam a floresta, primeiro para plantar capim —pois basta atear fogo e, mais tarde, espalhar a semente de capim com aviões agrícolas— e criar gado; depois para transformar o pasto em plantação de soja, o que exige novo desmatamento para a pecuária, num ciclo perverso que só avança sobre a mata, ano após ano, expondo a imagem brasileira no exterior.

Mas, no marco da sua formação capitalista e elitista, a mídia deixa entender que a culpa pelos incêndios revelados nas imagens de satélite é dos pequenos agricultores cujas famílias estariam interessadas apenas em tirar proveito da floresta sem tomar os devidos cuidados com a proteção ambiental. Luciana não aprofunda esse questionamento relacionado com a propriedade e uso do solo amazônico porque a intenção de sua pesquisa acadêmica era estudar, especificamente, a emissão e a recepção das informações de esclarecimento sobre o uso do fogo na preparação da terra.

A autora tomou como *corpus* de análise quatro campanhas representativas dos projetos que estiveram em atividade por mais tempo, que contaram com mais recursos e que atingiram o maior número de agricultores familiares,³ para estudar as condições de emissão do discurso. Depois entrevistou cerca de 300 pessoas em seis municípios do Pará (Belterra, Altamira, Paragominas, Marabá, Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia) e um do Mato Grosso (Guarantã do Norte), de 2001 a 2003, para analisar a recepção e verificar, no final, porque os focos de incêndio persistiam apesar de tantos recursos envolvidos com a tentativa de esclarecimento e orientação dos agricultores.

São analisadas as campanhas do Grupo de Trabalho Amazônico (Projeto Proteger), da Secretaria de Meio ambiente do Pará (Projeto PGAI Queimadas), do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Projeto O Bom Manejo do Fogo) e da ONG Amigos da Terra, com recursos do governo italiano (Projeto Fogo Emergência Crônica).

A partir do referencial teórico de Bourdieu (“ninguém pode lucrar com o jogo, nem mesmo os que o dominam, sem se envolver no jogo, sem se deixar levar por ele”)⁴ e de seu conceito de *habitus* (“as representações dos agentes variam segundo sua posição e segundo seu habitus, como sistemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e valorativas adquiridas na experiência duradoura de ocupar um espaço no mundo social”)⁵ Luciana verifica que o discurso das campanhas está muito apoiado no antigo modelo matemático da comunicação que consiste meramente em fazer chegar a informação de um ponto a outro, sem maior envolvimento com o receptor. Esse desconhecimento dos pressupostos da Teoria Estética da Recepção, por exemplo, que afirma o receptor não apenas como sujeito, mas como instância definidora do próprio contexto de enunciação, explicaria o resultado insatisfatório das campanhas, muitas delas impositivas (com ameaças de punição, citação de artigos legais etc) e outras com conteúdos inadequados que, no mínimo, depreciam a capacidade crítica e a própria experiência de vida dos agricultores familiares, inclusive apresentando árvores com formas humanas e vaquinhas chorando, como numa relação “professor-aluno”, o que Paulo Freire vai chamar de “educação bancária”.

Na verdade, o que as campanhas pretendiam era que os agricultores isolassem as áreas a serem queimadas com aceros⁶ de até três metros de largura, que preparassem a área derrubando

para dentro dela todas as árvores, que só atessem fogo após a segunda chuva, que iniciassem a queimada no meio da tarde quando o sol e o vento são mais fracos, que levassem água para perto da área para prevenir incêndios, que entrassem em acordo com os vizinhos antes de queimarem, que organizassem brigadas de combate ao fogo, que vigiassem a queimada até o fim ficando a postos com roupa adequada, abafadores e borrifadores de água preparados, que praticassem o contra-fogo que é atear fogo contra o vento para reduzir a velocidade da queimada, etc.

A autora constata que os focos de incêndio se reduziram, mas não na proporção esperada. E porque? Porque os agricultores não faziam aceros de três metros e sim de apenas um por falta de recursos (principalmente tratores e mão de obra) para aceros de três metros. Também nem sempre podiam contar com a boa vontade dos vizinhos porque cada um tem as suas ocupações e as áreas são muito amplas. Talvez as campanhas pudessem “trabalhar” essa aproximação entre os vizinhos, essa solidariedade, além de estimular a criação de Patrulhas Mecanizadas junto aos governos municipais como forma de ajudar os agricultores familiares ao invés de apenas levar-lhes “palavras” na forma de cursos, encontros, pregações, cartazes, cartilhas, etc. Na linha de Bourdieu, seria preciso “participar do jogo” e respeitar mais os parceiros.

O livro de Luciana não é apenas uma boa aula de comunicação e análise do discurso. É também um valioso ensinamento sobre os assuntos da floresta, ajudando a esclarecer alguns mitos que, ao considerarem a Amazônia *pulmão do mundo* —portanto intocável— ignoram que, primeiramente, a floresta tem dono —conforme disse Jesus Martin Barbero em palestra na Universidade Pablo de Olavide, de Sevilha, em janeiro último—. Em segundo lugar, o desenvolvimento sustentável, estando ancorado no pressuposto da vida e não do lucro, não pode retirar das pessoas o direito ao trabalho de subsistência e aqui cabe lembrar, como bem faz a autora, que o fogo é o recurso mais barato para a limpeza das áreas de plantio. Ele já era utilizado com tal finalidade há milênios, conforme revelam estudos geológicos do solo amazônico. Falta apenas orientar melhor as campanhas—incluindo a dimensão do apoio financeiro aos agricultores familiares para que possam prevenir o descontrole do fogo com o uso de máquinas em aceros mais largos, sem ignorar que os agricultores e suas famílias devem ser tratados como parceiros da causa ambiental e não como vilões que atiram fogo na mata como quem dá tiros no próprio pé: eles não ganham nada vendo o fogo pular sobre cercas, currais, casas, silos etc. Mas, embora sendo pequenos, precisam de parte do apoio que é dado aos grandes proprietários que muitas vezes poderiam limpar suas áreas apenas com máquinas, mas preferem o fogo já não por falta de opções, mas para ganharem tempo, para terem mais lucro, para incorporarem uma área maior com investimento mínimo, após, naturalmente, a retirada da madeira nobre.

Com 337 páginas, o livro de Luciana começa explicando o que é “fogo acidental”⁷⁷ e as suas implicações sociais, ambientais, econômicas e culturais, traçando, também, um breve panorama das políticas públicas que o Brasil tem adotado. Segue, no segundo capítulo, com a apresentação do referencial teórico a ser utilizado na análise das campanhas contra o fogo acidental, apoiando-se principalmente em Bourdieu. O capítulo 3 relaciona meio ambiente e agricultura familiar, citando aspectos das campanhas. A análise propriamente dita das campanhas, com base na Semiologia dos Discursos Sociais e na Teoria da Recepção, está no capítulo 4.

NOTAS

- 1 Por meio de cores, as imagens de satélite registram as áreas da floresta onde a temperatura está com mais de 47 graus centígrados, o que aponta para risco de incêndio.
- 2 Em 1995 cerca de 300 mil famílias de agricultores faziam uso de queimadas destinadas a preparar a terra para o plantio em solo amazônico só no Estado do Pará, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará-Fetagri.
- 3 Refere-se a proprietários ou ocupantes de terras, geralmente até 100 hectares, onde desenvolvem diversas culturas, principalmente mandioca, arroz, milho e feijão além da criação de gado em pequena escala e culturas permanentes como café. O trabalho na terra é realizado predominantemente (mas não somente) pela mão-de-obra disponível na própria família que é, ao mesmo tempo, unidade de produção e consumo. Cf. SANTOS, R. A. O. (1992). *A Ocupação econômica do espaço rural e a política do meio ambiente*. In: OLIVEIRA, N.P. (Org.) Comunidades Rurais, Conflitos Agrários e Pobreza. Belém: Editora da UFPA, p. 32.
- 4 Cf. BOURDIEU, P. (1998). *O Poder Simbólico*. Trad. de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 85).
- 5 Cf. BOURDIEU, P. (1987). *Choses Dites*. P.147 e 156 apud MARTINO, L.M.S.(2003). *Mídia e poder simbólico: um ensaio sobre comunicação e campo religioso*. São Paulo: Paulus,
- 6 Faixa de terreno em que se remove a vegetação para evitar a propagação do fogo.
- 7 Aprendemos, por exemplo, que o fogo acidental leva três dias para se transformar em incêndio nas áreas de pastagens; três semanas em áreas de capoeira e vários meses em áreas de mata.